

POLÍTICA ECONÔMICA/Orçamento

# Comissão aprova crédito para estradas

**Dotação da  
Ferrovia Norte-Sul  
tem corte de  
NCz\$ 112,5 milhões**

ARMANDO MENDES

BRASÍLIA — A Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou ontem o projeto de lei que abre créditos no Orçamento da União de 89 para o Ministério dos Transportes (MT) realizar obras em estradas, portos e ferrovias, entre elas a Norte-Sul. Mas os NCz\$ 2,25 bilhões do "jumbinho", como foi apelidado o projeto, não estão ainda garantidos. Parlamentares contrários ao início de obras novas em final de ano e de mandato, e outros que ficaram descontentes com a redistribuição dos recursos feita pelo relator, deputado José Carlos Vasconcelos, prometem obstruir a votação do projeto no plenário do Congresso.

Mais uma vez, a controvérsia na comissão girou em torno de haver ou não obras novas no substitutivo apresentado pelo relator na segunda-feira. Os críticos do projeto apontam entre 65 e mais de 160 obras novas, no projeto original do governo — dependendo do conceito de "obra nova" de cada um. O relator, por seu lado, garante que não deixou uma só obra nova em seu substitutivo.

"Existem obras que não constavam nem do orçamento de 89 nem do projeto do governo", acusa o deputado Virgildásio de Sena (PSDB-BA), atando como exemplo a construção e pavimentação de um trecho da BR-261, entre Montes Claros e Vale das Cancelas, em Minas Gerais, que recebeu NCz\$ 50 milhões no substitutivo. Vasconcelos alega que, embora não constassem do orçamento de 89, obras como essa já estão iniciadas, mas foram interrompidas em 88 por falta de recursos.

**VALEC**

O relator fez diversos cortes na proposta original do governo,

abrindo uma folga de NCz\$ 665,7 milhões, que foram redistribuídos para atender parte das 771 emendas apresentadas pelos deputados e senadores. O projeto que sofreu o maior corte foi a Ferrovia Norte-Sul, que teve sua dotação reduzida à metade — de NCz\$ 225 milhões previstos no projeto do governo para NCz\$ 112,5 milhões no substitutivo.

"Não apareceu ninguém da Valec", a empresa que constrói a ferrovia, ligada do Ministério dos Transportes, "para defender os recursos", justificou Vasconcelos. "Todas as outras empresas beneficiadas deram explicações", acrescentou. O presidente da Valec, Paulo Vivacqua, contestou Vasconcelos, depois da sessão de ontem. "Há mais de 60 dias estamos informando a comissão sobre a importância desses recursos", disse Vivacqua.

O presidente da Valec informou que os recursos pedidos no projeto do governo se destinavam à construção do trecho da ferrovia entre a cidade maranhense de Imperatriz e o norte do Estado de Tocantins, incluindo a ponte sobre o Rio Tocantins, a maior da ferrovia. "O cronograma de obras será desacelerado", conformou-se, depois de confirmado o corte pela comissão.

As demais empresas do MT incluídas no "jumbinho" não têm as mesmas queixas da Valec. Todas tiveram suas reivindicações atendidas. A Companhia Brasileira de Trens Urbanos recebeu NCz\$ 60,1 milhões, a Trensurb, que opera o sistema de trens urbanos de Porto Alegre, NCz\$ 20 milhões, e a Empresa Brasileira de Trens Urbanos, NCz\$ 25 milhões. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o maior beneficiado, teve sua dotação aumentada: de NCz\$ 1,87 bilhão, no projeto, passou no substitutivo a ter NCz\$ 1,92 bilhão, enquanto a secretaria geral do MT, dentro de cuja dotação estavam os recursos para a Norte-Sul, teve sua parcela reduzida de NCz\$ 269,6 milhões para NCz\$ 166,9 milhões.